



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

MEMORIAL

1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE
**PROMOTORAS E
PROCURADORAS DE JUSTIÇA**

EDIÇÃO DA REGIÃO NORTE: MANAUS-AM
— 22 E 23 DE FEVEREIRO DE 2019 —



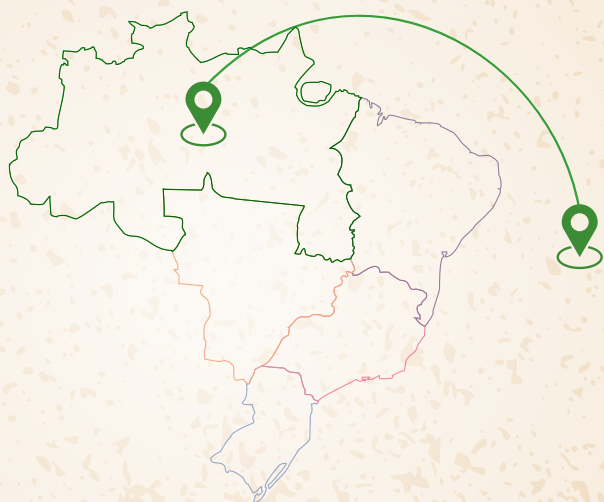
União Europeia

MEMORIAL

1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE

PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA

Diálogos Brasil-União Europeia
Perspectivas de Equidade de Gênero no
Sistema de Justiça Ministério Público



Edição da
REGIÃO NORTE
22 e 23 de fevereiro de 2019
Manaus-AM



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



União Europeia



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES



MEMORIAL

1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE

PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA

Diálogos Brasil-União Europeia
Perspectivas de Equidade de Gênero
no Sistema de Justiça - Ministério Público

EXPEDIENTE

**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e
Procuradora-geral da República**

Raquel Elias Dodge

Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP

Ivana Farina Navarrete Pena

Secretária-geral do CNMP

Adriana Zawada Melo

**Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos
Fundamentais do CNMP**

Valter Shuenquener de Araújo

**Encarregada de Negócios a.i. da Delegação
da União Europeia no Brasil**

Claudia Gintersdorfer

AGRADECIMENTOS E APOIO

A presidência do Conselho Nacional do Ministério Público e a Delegação da União Europeia no Brasil expressam especial agradecimento às instituições que apoiaram a 1ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Região Norte:

Amazonastur – Empresa Estadual de Turismo do Amazonas

Associação Amazonense do Ministério Público (AAMP)

Associação do Ministério Público do Amapá (AMPAP)

Associação do Ministério Público do Acre (Ampac)

Associação do Ministério Público do Estado de Rondônia (Ampro)

Associação do Ministério Público do Estado de Roraima (Amper)

Associação do Ministério Público do Pará (Ampep)

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)

Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP)

Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP)

Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP)

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

Governo do Estado do Amazonas

Grupo de Trabalho sobre combate à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP)

Grupo Nacional de Direitos Humanos, da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (GNDH/ COPEVID/ CNPG)

Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público

Procuradoria-geral da República

Procuradoria-geral de Justiça de Rondônia

Procuradoria-geral de Justiça de Roraima

Procuradoria-geral de Justiça de Tocantins

Procuradoria-geral de Justiça do Acre

Procuradoria-geral de Justiça do Amapá

Procuradoria-geral de Justiça do Amazonas

Procuradoria-geral de Justiça do Pará

Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva (SDH/CNMP)

Secretaria-Geral (SG/CNMP)

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Organizado por:

Adriana Zawada Melo

Ana Maria de Souza Torres Teixeira

Ana Teresa Silva de Freitas

Cley Barbosa Martins

Costanzo Fisogni

Cristina Nascimento de Melo

Dulce Helena de Freitas Franco

Elisa Natola

Francisca Suenia Fernandes de Sá

Ivana Farina Navarrete Pena

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira

Mariana Seifert Bazzo

M. Andréa Borges David

Renata Pinho Studart Gomes

Wilson Alves da Silva

Texto elaborado por:

Raquel Lasalvia

Fotos:

Edy Gusmão/Edmilson da Silva Gusmão Filho

Diagramação:

Secretaria de Comunicação do CNMP

Conselho Nacional do Ministério Público

Setor de Administração Federal Sul – SAFS,
Quadra 2, Lote 3
Edifício Adail Belmonte – Brasília-DF. CEP:
70070-600

www.cnmp.mp.br

NA AMAZÔNIA

Se fosse possível descrever tudo o que eu vi na Amazonia, eu tomaria todas as páginas d'A NOTICIA!

Subir 11 dias o Mar Dulce até Manaós, em época de plena cheia, onde a água do Colosso dominava tudo, afundando as casas, afogando as plantas e só permitindo ao gado viver em marombas!

Ver árvores gigantescas — samanmeiras, pequiás, assahyzeiros — assistir a inflorescência das orchideas, embriagar-se com o perfume do camarú, da baunilha e do sassafrás!

Observar aqueles poentes verdes e aquele céu negro e estrellado!

[...] os cipós, os fructos gigantescos, como o mari-mari, ingá de côr verde e de mais de um metro de comprimento!

Conviver com aquella gente boa, hospitaleira e inteligente que mal queria acreditar que eu fosse brasileira!

Macaggi, Maria. Vivendo e sentindo o Brasil – Da Amazonia lendária aos pampas infinitos. *A Notícia*, Joinville, 27 jan. 1940. apud ALMADA, Silvia. 2015, p. 48.

[...] E como é incrivelmente desequilibrado em tudo! Na terra que exuberantemente humosa, extravasando seiva, alia-se ao sol para dar extraordinário vigor às plantas [...] Na extensão incomum de seus lavrados e tesos rio-branquenses. [...] No tamanho de seus frutos — graviola, cupuaçu, ouriço de castanha, ingá-gigante.

[...] Eis que entrava em fúria a água do gigante, avolumando-se, recebendo em cheio afluentes negros, castanhos e verdes. [...] E novamente entravam em cena os lagos expertos, ocultando sob seus bulbos e folhas uma nova população - o maternal pirarucu, o listrado tucunaré, o jaraqui, o gorducho matrinhão, o surubim, o mandi, o tucuxi e a piaba.

Macaggi, Maria. *A Mulher do Garimpo*, 1976, pp. 51 e 62.



SIGLAS E ABREVIATURAS



CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CDDF – Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público

CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

CNPG – Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

COPEVID – Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

EAD – Ensino a Distância

ENAMP – Escola Nacional do Ministério Público

ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União

GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

SDH – Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério Público

STJ – Superior Tribunal de Justiça

UE – União Europeia



SUMÁRIO



Apresentação	12
Quem participou	14
Coordenadora-geral	15
Representante da Delegação da União Europeia no Brasil	16
Comissão Organizadora das Conferências Regionais de Promotoras e Procuradoras de Justiça	17
Delegação da União Europeia no Brasil	18
Coordenadoras e Reladoras	19
Autoridades Nacionais e Internacionais	20
Lista de participantes	21
Orientação pedagógica e objetivos	22
1ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Região Norte.....	23
Homenageadas Especiais	24
Diagnóstico: caminho e perspectiva	26
Solenidade de Abertura	27
Roda de Conversa	35
Painel Temático	38
Propostas aprovadas durante a 1ª Conferência Regional de Procuradoras e Promotoras de Justiça – Região Norte.....	44
Pesquisa – A conferência alterou sua percepção sobre questões de gênero? Por quê?.....	55



APRESENTAÇÃO



Ancoradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 70 anos, as Conferências Regionais de Promotoras e Procuradas de Justiça aclamam o princípio de que homens e mulheres são iguais em dignidade e afirmam o objetivo fundamental da República assegurado na Constituição Cidadã de 1988 de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A partir de dados quantitativos publicados pela pesquisa Cenários, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sobre a participação feminina no Ministério Público brasileiro, as Conferências inovam ao propor a construção de um diagnóstico subjetivo, baseado em um método pedagógico e científico, fruto da exitosa I Conferência Nacional de Procuradoras da República ocorrida nos dias 15 e 16 de junho de 2018.

O desafio de desenvolver um diagnóstico, de forma qualificada e presencial, contemplando todos os 26 Ministérios Públicos Estaduais e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios foi superado pela parceria firmada entre a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da Presidência do CNMP com a Delegação da União Europeia no Brasil, por meio do projeto Diálogos Setoriais denominado “Perspectivas da Equidade de Gênero no Sistema de Justiça/Ministério Público”.

A parceria tem propiciado uma abordagem comparativa entre o Brasil, a União Europeia e seus Estados Membros, com a finalidade de estimular novas práticas e novos olhares para fortalecer a presença de mulheres e de lideranças femininas, de modo a atuar pela implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, da Agenda 2030 da ONU, e assim buscar o cumprimento do compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Organizada por uma comissão plural e feminina e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), foi realizada, nos dias 22 e 23 de fevereiro, a 1ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras dos Ministérios Públicos Estaduais da Região Norte, em Manaus-AM, a primeira de cinco Conferências a serem promovidas durante o primeiro semestre de 2019.

Este Memorial registra toda a agenda, os dados e os debates do evento e apresenta as propostas aprovadas pelo plenário, resultado dos debates nas oficinas dos seis eixos temáticos: ingresso na carreira, condições de trabalho, políticas institucionais, políticas de equidade, carreira e outras jornadas e empoderamento.

Neste documento, o Ministério Público reafirma seu compromisso institucional na busca obstinada por equidade de gênero e na promoção da igualdade como efetivação do direito à diferença, da pluralidade, da convivência harmônica entre todos. Enquanto uma de nós, mulheres, estiver sendo vítima de violência, de discriminação e de exclusão, nenhuma de nós pode descansar.

Raquel Elias Dodge

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público
e Procuradora-geral da República



QUEM PARTICIPOU





COORDENADORA-GERAL

Raquel Elias Ferreira Dodge

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-geral da República

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Raquel Dodge cursou o mestrado em Direito e Estado pela UnB e é Mestre em Direito pela Harvard Law School. Ingressou no Ministério Público Federal (MPF) em 1987. É procuradora-geral da República desde setembro de 2017, quando também assumiu a presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) e a Procuradoria-geral Eleitoral. Integrou a equipe que redigiu o I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil e atuou nas I e II Comissões para adaptar o Código Penal Brasileiro ao Estatuto de Roma. Coordenou a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF por dois mandatos e integrou a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão por seis mandatos. Foi Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta por dois mandatos. Tem experiência na área criminal, na defesa de direitos humanos, do patrimônio público, de índios e minorias, do meio ambiente, do consumidor e da ordem econômica.



REPRESENTANTE DA DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL

Domenica Bumma

Chefa da Seção Política, Econômica e de Informação da Delegação da União Europeia no Brasil

Graduada em economia internacional pela Universidade de Roma “La Sapienza”, possui mestrado em Estudos Europeus do Colégio da Europa de Bruges (Bélgica) e mestrado em Cooperação para o Desenvolvimento pela Universidade Livre de Bruxelas. Desde 2018, trabalha como chefe da Seção Política, Econômica e de Informação na Delegação da União Europeia no Brasil. De 2013 a 2018, trabalhou com assessora internacional no departamento de cooperação internacional da Direção-Geral de Pesquisa e Inovação da Comissão Europeia em Bruxelas, na Bélgica. Foi responsável por promover a cooperação em pesquisa e inovação com o Brasil e a América Latina. De 2009 a 2013, serviu na Delegação da União Europeia para a Turquia, onde coordenou programas da União Europeia para o desenvolvimento institucional, a sociedade civil e os direitos fundamentais. De 2004 a 2009, trabalhou em diferentes serviços da Comissão Europeia em relações externas com os Balcãs Ocidentais, Oriente Médio e Norte da África, bem como com países africanos de língua portuguesa. Trabalhou extensivamente na Direção-Geral da Cooperação para o Desenvolvimento da Comissão Europeia, onde se concentrou, entre outras coisas, na América Latina. De 1999 a 2003, liderou projeto de desenvolvimento socioeconômico financiado pelo Ministério de Relações Exteriores da Itália, no Egito, e depois trabalhou para uma ONG italiana na Jordânia. Também trabalhou como Oficial de Assuntos Públicos em uma empresa multinacional de TI dos EUA e no Comitê da UE da Câmara Americana de Comércio, em Bruxelas (Bélgica).



COMISSÃO ORGANIZADORA DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA

Raquel Elias Ferreira Dodge

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e
Procuradora-geral da República

Ivana Farina Navarrete Pena

Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério
Público (SDH/CNMP)

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira

Representante do Grupo de Trabalho sobre combate à violência doméstica e defesa
dos direitos sexuais e reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP)

Dulce Helena de Freitas Franco

Representante do Grupo Nacional de Direitos Humanos da Comissão Permanente
de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Conselho Nacional
de Procuradores-gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (GNDH/
COPEVID/CNPG)

Ana Teresa Silva de Freitas

Representante da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP)

Mariana Seifert Bazzo

Representante do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público

Cristina Nascimento de Melo

Representante da I Conferência Nacional de Procuradoras da República

Adriana Zawada Melo

Secretária-geral do Conselho Nacional do Ministério Público

COABORAÇÃO ESPECIAL

João Akira Omoto

Diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)



DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL

Ministra Claudia Gintersdorfer

Encarregada de Negócios a.i. da Delegação da União Europeia no Brasil

Conselheira Domenica Bumma

Chefa da Seção Política, Econômica e de Informação da Delegação da União Europeia no Brasil

Primeira Secretária Maria Rosa Sabbatelli

Chefa de Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil

Primeira Secretária Cecile Merle

Oficial Política da Delegação da União Europeia no Brasil

Adido Civil Costanzo Fisogni

Gerente de Projetos da Delegação da União Europeia no Brasil



COORDENADORAS E RELATORAS

Eixo I – Ingresso na carreira: recrutamento, seleção e capacitação

Coordenadora: Ruth Araujo Viana (Ministério Público do Estado do Tocantins)

Relatora Temática: Rita de Cássia Nogueira Lima (Ministério Público do Estado do Acre)

Relatora de Ata: Jussara Maria Pordeus e Silva (Ministério Público do Estado do Amazonas)

Eixo II – Condições de trabalho: saúde, segurança e bem-estar

Coordenadora: Ilaine Aparecida Pagliarini (Ministério Público do Estado de Roraima)

Relatora Temática: Fábria de Melo Fournier (Ministério Público do Estado do Pará)

Relatora de Ata: Flávia Souza Rodrigues (Ministério Público do Estado de Tocantins)

Eixo III – Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas

Coordenadora: Lucíola Honório de Valois Coelho (Ministério Público do Estado do Amazonas)

Relatora Temática: Fernanda Alves Pöppel (Ministério Público do Estado de Rondônia)

Relatora de Ata: Anabel Vitória Mendonça de Souza (Ministério Público do Estado do Amazonas)

Eixo IV – Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade

Coordenadora: Ioná Silva de Souza Nunes (Ministério Público do Estado do Pará)

Relatora Temática: Erika Lima Gomes Michetti (Ministério Público do Estado de Roraima)

Relatora de Ata: Fábria Nilci Santana de Souza (Ministério Público do Estado do Amapá)

Eixo V – Carreira e outras jornadas: gênero e família

Coordenadora: Dulce Helena de Freitas Franco (Ministério Público do Estado do Acre)

Relatora Temática: Cynthia Assis de Paula (Ministério Público do Estado de Tocantins)

Relatora de Ata: Herena Neves Maues Correa de Melo (Ministério Público do Estado do Pará)

Eixo VI – Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: igualdade de gênero e políticas de equidade

Coordenadora: Emília Oiyé (Ministério Público do Estado de Rondônia)

Relatora Temática: Elis Helena de Souza Noble (Ministério Público do Estado do Amazonas)

Relatora de Ata: Mônica Cristina Gonçalves Melo da Rocha (Ministério Público do Estado do Pará)



AUTORIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Raquel Elias Ferreira Dodge

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-geral da República

Domenica Bumma

Chefa da Seção Política, Econômica e de Informação da Delegação da União Europeia no Brasil

Leda Mara Nascimento Albuquerque

Procuradora-geral de Justiça do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima

Governador do Estado do Amazonas

Ministro Mauro Campbell Marques

Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Deputada Federal Soraya Santos

1ª Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Deputada Estadual Alessandra Campelo da Silva

Vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Onilza Abreu Gerth

Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

João Akira Omoto

Procurador Regional da República e Diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

Antônio Cavalcanti de Albuquerque Júnior

Defensor Público Geral do Estado do Amazonas em exercício

Lauro Tavares da Silva

Presidente da Associação Amazonense do Ministério Público

Marco Soares

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Amazonas

Elba Christine de Moraes

Procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima

Kátia Rejane de Araújo Rodrigues

Procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre

Ivana Cei

Procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Amapá

LISTA DE PARTICIPANTES

Ano de ingresso	Nome	Cargo	Unidade
2009	ADRIANA PASSOS FERREIRA	Promotora de Justiça	PA
1983	ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER	Procuradora de Justiça	PA
1990	ANABEL VITÓRIA MENDONÇA DE SOUZA	Promotora de Justiça	AM
2014	BARTIRA SILVA QUINTEIRO RIOS	Promotora de Justiça	TO
1985	CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO	Procuradora de Justiça	PA
2010	CHRISTIANE DOLZANY ARAÚJO	Promotora de Justiça	AM
2001	CHRISTIANNE CORREA BENTO DA SILVA	Promotora de Justiça	AM
1989	CLÁUDIA MARIA RAPOSO DA CAMARA	Promotora de Justiça	AM
1990	CLEUCY MARIA DE SOUZA	Promotora de Justiça	AM
1996	CLEY BARBOSA MARTINS	Promotora de Justiça	AM
2008	CRISTINE MAGELLA SILVA CORREA	Promotora de Justiça	PA
2010	CYNTHIA ASSIS DE PAULA	Promotora de Justiça	TO
2018	DAEANE ZULIAN DORST	Promotora de Justiça	RO
2015	DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA	Promotora de Justiça	PA
2013	DULCE HELENA DE FREITAS FRANCO	Promotora de Justiça	AC
2004	EDNA ANTÔNIA CAPELI DA SILVA OLIVEIRA	Promotora de Justiça	RO
1992	EDNA LIMA DE SOUZA	Promotora de Justiça	AM
1992	ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO	Promotora de Justiça	PA
1995	ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES	Procuradora de Justiça	RR
2001	ELIS HELENA DE SOUZA NOBILE	Promotora de Justiça	AM
1996	EMÍLIA OIYE	Promotora de Justiça	RO
2002	ÉRIKA LIMA GOMES MICHETTI	Promotora de Justiça	RR
1994	FÁBIA DE MELO-FOURNIER	Promotora de Justiça	PA
2017	FÁBIA MELO BARBOSA DE OLIVEIRA	Promotora de Justiça	AM
2008	FÁBIA NILCI SANTANA DE SOUZA	Promotora de Justiça	AP
2011	FERNANDA ALVES POPPL	Promotora de Justiça	RO
1998	FLAVIA SOUZA RODRIGUES	Promotora de Justiça	TO
1990	FRANCILENE BARROSO DA SILVA	Promotora de Justiça	AM
2006	FRANCISCA SUENIA FERNANDES DE SA	Promotora de Justiça	PA
2010	HERENA NEVES MAUES CORREA DE MELO	Promotora de Justiça	PA
2002	ILAINE APARECIDA PAGLIARINI	Promotora de Justiça	RR
1995	IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES	Promotora de Justiça	PA
1991	IVANA LUCIA FRANCO CEI	Promotora de Justiça	AP
2004	JACQUELINE OROFINO DA SILVA ZAGO DE OLIVEIRA	Promotora de Justiça	TO
1997	JANAINA CARNEIRO COSTA	Procuradora de Justiça	RR
2008	JULIANA DIAS FERREIRA DE PINHO PALMEIRA	Promotora de Justiça	PA
2016	JULIANA NUNES FELIX	Promotora de Justiça	PA
1987	JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA	Procuradora de Justiça	AM
2018	KARLA CRISTINA DA SILVA SOUSA	Promotora de Justiça	AM
1996	KÁTIA REJANE DE ARAÚJO RODRIGUES	Procuradora de Justiça	AC
1996	LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE	Promotora de Justiça	AM
2017	LILIAN NARA PINHEIRO DE ALMEIDA	Promotora de Justiça	AM
2006	LILIAN VIANA FREIRE	Promotora de Justiça	PA
1996	LUCÍOLA HONORIO DE VALOIS COELHO	Promotora de Justiça	AM
1989	MARA NOBIA ALBUQUERQUE DA CUNHA	Promotora de Justiça	AM
1990	MARIA EUNICE LOPES DE LUCENA BITTENCOURT	Promotora de Justiça	AM
2017	MARIA FÁTIMA RIBEIRO TEIXEIRA	Promotora de Justiça	AC
1994	MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA	Promotora de Justiça	PA
1997	MARIA NATAL DE CARVALHO WANDERLEY	Promotora de Justiça	TO
1996	MARIA PIEDADE QUEIROZ NOGUEIRA BELASQUE	Promotora de Justiça	AM
2009	MÔNICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA	Promotora de Justiça	PA
1989	NILDA SILVA DE SOUSA	Promotora de Justiça	AM
1994	PATRICIA DE AMORIM REGO	Procuradora de Justiça	AC
2001	RENATA CINTRÃO	Promotora de Justiça	AM
1998	RENILCE HELEN QUEIROZ DE SOUSA	Promotora de Justiça	AM
1996	RITA DE CÁSSIA NOGUEIRA LIMA	Procuradora de Justiça	AC
1988	ROSÁ MARIA RODRIGUES CARVALHO	Procuradora de Justiça	PA
2014	RUTH ARAUJO VIANA	Promotora de Justiça	TO
2008	SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME	Promotora de Justiça	PA
1989	SARAH PIRANGY DE SOUZA	Promotora de Justiça	AM
1992	SHEYLA ANDRADE DOS SANTOS	Promotora de Justiça	AM
1998	SHEYLA DANTAS FROTA DE CARVALHO	Promotora de Justiça	AM
1992	SILVANA RAMOS CAVALCANTI	Promotora de Justiça	AM
1989	SILVIA ABDALA TUMA	Procuradora de Justiça	AM
1996	SIMONE BRAGA LUNIERE DA COSTA	Promotora de Justiça	AM
2017	STELLA LITAIFF ISPER ABRAHIM	Promotora de Justiça	AM
1983	SUZETE MARIA DOS SANTOS	Procuradora de Justiça	AM
2007	TÂMERA PADOIN MARQUES MARIN	Promotora de Justiça	RO
2012	TANIA MARIA DE AZEVEDO FEITOSA	Promotora de Justiça	AM
2017	VANESSA DE MACEDO MUNIZ	Promotora de Justiça	AC
1998	VANIA MARIA DO P S MARQUES MARINHO	Promotora de Justiça	AM
1990	VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA	Procuradora de Justiça	TO
1996	WANDETE DE OLIVEIRA NETTO	Promotora de Justiça	AM
2009	YARA REBECA ALBUQUERQUE MARINHO DE PAULA	Promotora de Justiça	AM



ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E OBJETIVOS





1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA – REGIÃO NORTE

Dezenas de mulheres integrantes do Ministério Público participaram da 1ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça, em Manaus (AM), nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2019, no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques.

O evento correspondeu à edição da Região Norte, que inicia a série de cinco conferências que ocorrerão em cada região do País, a fim de discutir perspectivas de equidade de gênero no Sistema de Justiça, especificamente no Ministério Público.

A conferência foi promovida pela presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com apoio da Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva (SDH/CNMP) e da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP), em parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil e com as Procuradorias-gerais de Justiça dos Estados da Região Norte.

O encontro teve o objetivo de produzir um diagnóstico subjetivo sobre a inserção, permanência e movimentação na carreira de promotoras e procuradoras de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados, assim como as condições de trabalho vivenciadas por elas. Temas como dupla jornada de trabalho, liderança e participação político-institucional também estiveram presentes nos debates e proposições.

Inspiradas no modelo da exitosa I Conferência Nacional de Procuradoras da República, que aconteceu, em Brasília (DF), nos dias 15 e 16 de junho de 2018, as conferências regionais seguem metodologia instituída pela Portaria CNMP-PRESI nº 8, de 31 de janeiro de 2019, e apoiada pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme Acordo de Cooperação celebrado entre a SDH/CNMP e a ESMPU, em 17 de janeiro de 2019.

Além de produzir um diagnóstico acerca da situação das mulheres que integram o Ministério Público brasileiro e elaborar propostas com vista a dirimir desigualdades de gênero na instituição, as conferências regionais visam ao diálogo e ao intercâmbio de experiência e boas práticas com os sistemas de justiça dos Estados-membros da União Europeia.

A programação da conferência regional, em Manaus, foi composta de solenidade de abertura, oficinas temáticas, roda de conversa, painel temático e plenária final.

Procuradoras e promotoras de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados de Tocantins, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Rondônia e Amapá discutiram propostas em oficinas temáticas, distribuídas em seis eixos:

Eixo I – Ingresso na carreira: recrutamento, seleção e capacitação

Eixo II – Condições de trabalho: saúde, segurança e bem-estar

Eixo III – Permanência carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas

Eixo IV – Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade

Eixo V – Carreira e outras jornadas: gênero e família

Eixo VI – Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: igualdade de gênero e políticas de equidade

A distribuição de participantes, coordenadoras, relatoras temáticas e de ata, nas oficinas simultâneas, considerou a representatividade de cada Estado da região. Ao final do segundo dia de conferência, a plenária apreciou as propostas elaboradas e realizou a votação de cada uma delas, optando por *Aprovo*, *Não Aprovo* e *Abstenção*.

HOMENAGEADAS ESPECIAIS

A 1ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Norte homenageou a memória de seis mulheres, cujas trajetórias são marcadas pela defesa intransigente da igualdade.

As salas onde ocorreram as oficinas temáticas foram sinalizadas com os nomes e textos biográficos das homenageadas especiais: Dorothy Stang, Maria Macaggi, Julieta de França, Nilce de Souza Magalhães, Baku Sateré-Mawé e Angelina Gonçalves.

Na solenidade de abertura, Raquel Dodge, presidente do CNMP e procuradora-geral da República, ressaltou que Dorothy, Maria, Julieta, Nilce, Baku e Angelina foram mulheres que “empreenderam a busca por igualdade e equidade e nos inspiram a fazer o possível para cada uma de nós”.

“Convido todos e todas a conhecer a rica história de luta dessas mulheres formidáveis e iluministas, que contribuíram com a região norte do Brasil, no seu tempo, e com todas as dificuldades de sua época, talvez muito maiores do que nós enfrentamos hoje”, convocou Dodge em seu discurso.

Sala Dorothy Stang

Religiosa católica, norte-americana, naturalizada brasileira, conhecida como Irmã Dorothy, chegou ao Brasil em 1966. Iniciou seu trabalho missionário na Amazônia, década de 1970, junto aos trabalhadores rurais da região do Xingu, na área da rodovia Transamazônica. Realizou projetos de desenvolvimento sustentável e atuou nos movimentos sociais e na busca de soluções duradouras para os conflitos fundiários na região. Sua atuação ganhou reconhecimento nacional e internacional.

Irmã Dorothy foi assassinada com seis tiros, em 2005, na cidade de Anapu, no estado do Pará. Ela havia recebido diversas ameaças de morte, sem se deixar intimidar. Ela declarou: “Não vou fugir nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar”.

Sala Angelina Gonçalves

Heroína da Revolução Acreana, a cearense Angelina Gonçalves foi para o Acre com o marido Sebastião Ferreira no final do século XIX, fugindo da seca do Nordeste.

Angelina teve participação ativa na luta pela anexação do território do Acre ao Brasil. Enfrentou o Exército boliviano quando assassinaram seu marido. Com coragem, ela tomou a arma de um dos soldados e atirou no comandante cel. Rojas. Ao verem seu comandante atingido, os militares quiseram matá-la, mas foram impedidos por Rojas. “Libertem-na. Mulheres assim não se mata. Se o Exército acreano tiver dez homens corajosos como esta mulher, já perdemos a guerra”, disse.

Sala Nilce de Souza Magalhães

Líder comunitária e ativista do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) em Rondônia. Filha de seringueiros, “Nicinha”, como era conhecida, atuou de forma incisiva na denúncia de violações de direitos humanos cometidas na construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho (RO).

O projeto da hidrelétrica removeu Nilce e toda sua comunidade de maneira forçada a um local sem eletricidade e sem água potável, comprometendo também a subsistência das famílias, que tinham a pesca como principal fonte de renda. Destemida, a ativista denunciou os graves impactos do projeto hidrelétrico na vida de pescadoras e pescadores do Rio Madeira.

Após sofrer inúmeras ameaças, Nicinha foi assassinada em janeiro de 2016. Seu corpo ficou desaparecido por cinco meses e, em junho de 2016, foi encontrado na barragem da Usina Hidrelétrica de Jirau.

Sala Maria Macaggi

Jornalista e escritora, Maria Macaggi nasceu em Paranaguá, no Paraná, e mudou-se para o Norte na década de 1940. Chegou ao Amazonas por indicação do então presidente Getúlio Vargas para fazer um trabalho jornalístico descrevendo a situação dos territórios da região e se encantou pelas terras amazônicas.

Autora de *Água Parada* e *Chica Bacana, Nenê*, como era conhecida, tornou-se referência na literatura quando começou a escrever sobre o cotidiano da vida roraimense, aprofundando-se na cultura regional dos garimpeiros e dos indígenas. Seu romance *A Mulher do Garimpo*, escrito na década de 1970, é considerado o marco inicial da produção literária no Estado. O Dia do Escritor Roraimense, celebrado em 24 de abril, é uma homenagem a Nenê, por ser a data de seu nascimento.

Sala Julieta de França

Escultora e pintora brasileira, Julieta de França nasceu em Belém do Pará e construiu sua carreira entre Belém, Rio de Janeiro e Paris. Foi a primeira mulher a ganhar o Prêmio de Viagem ao Exterior, em 1900, da Escola Nacional de Belas Artes (Enba).

A artista desafiou a academia e alguns superiores, como Rodolfo Bernardelli, o então mais importante escultor da época e diretor da Enba. Ao participar de um concurso para a construção do Monumento à República, não se conformou ao ser recusada pelo júri,

escolhido e integrado por Bernardelli. Irresignada, a escultora levou sua obra para a França e a submeteu ao julgamento de Rodin e outros artistas notáveis do país.

Ao voltar para o Brasil, embaçada nos pareceres que recebeu, apresentou um pedido de reconsideração à comissão julgadora. Sua atitude de contestação foi considerada uma afronta ao esperado “recato feminino”. A partir daí, sem o apoio de colegas e da academia, seu nome caiu no esquecimento na história da arte brasileira.

Sala Baku Sateré-Mawé

Nascida na Aldeia de Ponta Alegre, no rio Andirá, no Amazonas, Baku tinha o nome Zelinda da Silva Freitas, em português.

Da etnia Sateré-Mawé, Baku foi matriarca, professora e pioneira no protagonismo feminino no movimento indígena da Amazônia brasileira. Fundou, em 1996, uma das primeiras organizações indígenas de mulheres do Brasil, a Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (Amism).

No período em que somente homens indígenas detinham posições de liderança, Baku conquistou a confiança de seu povo e se tornou a primeira mulher indígena a alcançar o mais alto posto de cacique e pajé na Comunidade Sahu-apé, localizada no município de Iranduba, no Amazonas.



**DIAGNÓSTICO:
CAMINHO E
PERSPECTIVA**





SOLENIIDADE DE ABERTURA

Na tarde do dia 22 de fevereiro, promotoras e procuradoras de Justiça dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins acompanharam a abertura da conferência regional, que teve participação de autoridades nacionais e internacionais.

Coube à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, o discurso de abertura dos trabalhos da conferência. Ao agradecer ao Ministério Público do Amazonas, na figura da procuradora-geral de Justiça do Estado, Leda Albuquerque, Raquel Dodge exaltou a paisagem da região, de biodiversidade extraordinária, e afirmou que o Ministério Público quebrava paradigmas ao escolher Manaus como sede da primeira edição das conferências regionais.

“Povos, comunidades, mitos, rituais, conhecimentos tradicionais, modos de ser únicos e especiais distinguem o Amazonas e enriquecem a nação brasileira. Somos muitos, somos diferentes, mas somos iguais em dignidade”, disse.

Em sua fala, Raquel Dodge destacou as conquistas dos movimentos de mulheres, ao longo do século XX, que resultaram em direitos políticos, civis e na educação universitária e técnica.

Ressaltou os avanços, em lei, para o enfrentamento da violência doméstica, como a Lei Maria da Penha, e as cláusulas que asseguraram condições mínimas de participação na política institucional, como o financiamento público de campanhas eleitorais.

“

Levamos um século, no Brasil, para chegar a esse ponto. Tendo avançado na pauta de direitos civis e políticos, neste início de século XXI, as mulheres passaram a querer uma garantia mais profunda e duradoura, pois agora querem direitos fundamentais, querem a mesma dignidade, querem igualdade”, frisou Raquel Dodge.



Além da presença da procuradora-geral da República, a mesa da solenidade de abertura foi formada pela chefe da delegação da União Europeia no Brasil, Domenica Bumma; pela procuradora-geral de Justiça do Estado do Amazonas, Leda Albuquerque; pelo governador do Estado do Amazonas, Wilson Miranda Lima; pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell; pela deputada federal Soraya Santos; pela deputada estadual e vice-presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, Alessandra Campelo da Silva; pela juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Onilza Abreu; pelo procurador-regional da República e diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público, João Akira; pelo defensor público geral do Estado do Amazonas em exercício, Antônio Cavalcanti de Albuquerque Júnior; pelo presidente da Associação Amazonense do Ministério Público, Lauro Tavares da Silva; pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Amazonas, Marco Soares; pela procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, Elba Cristine de Moraes; pela procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, Kátia Rejane de Araújo Rodrigues; e pela procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Amapá, Ivana Cei.



RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-geral da República

“

A comunidade de mulheres é vulnerável. As agressões feitas às mulheres têm por motivação o fato de que elas são mulheres. Muitos obstáculos postam-se na vida delas para que não possam ser o que são.

No caminho das mulheres, não há apenas desrespeito ou tentativa de igualdade de tratamento, de oportunidades e dignidade, há também violência física e psicológica.

Em casa, ocorre a maioria das agressões às mulheres, dizem as estatísticas que colhem registros feitos. Dentre milhares de casos, não reportados às autoridades públicas. No trabalho, há assédio moral e sexual. A remuneração é inferior ao mesmo trabalho. A dificuldade de acesso a cargos de comando e de poder, por mecanismos dissimulados e invisíveis, mas que operam barreiras poderosas.

As mulheres que pretendem ser o que são encontram muita dificuldade. Proteger as mulheres é proteger quem são. É garantir que possam pretender ser o que queiram ser. Esta é a compreensão da dignidade humana.

Ao longo do último século, para falar apenas deste, em movimentos tanto individuais como coletivos, as mulheres sufragistas, civilistas, cientistas, artistas, parlamentares, poetas, juristas, mas também as donas de casa e as pessoas comuns, tomaram para si a condução dos seus destinos. Por ideais iluministas, empurraram a agenda dos direitos fundamentais e criaram um novo mundo de possibilidades, no qual a dignidade humana ocupa um espaço central”.



DOMENICA BUMMA



Chefa da Seção Política, Econômica e de Informação da Delegação da União Europeia no Brasil

Para a União Europeia, a igualdade de gênero não é apenas um dever moral, mas sim uma questão de justiça social e acesso igualitário. Permitam-me citar a Simone Vell, a primeira presidente do Parlamento Europeu, a primeira e única mulher. Simone Vell também foi ministra da Justiça na França e uma das juízas mais feministas que a França já teve.

Era conhecida como a mulher álibi, dada as diversas funções ministeriais que ocupou ao longo de sua carreira. A Simone Vell dizia que a igualdade entre homens e mulheres deve ser uma igualdade de princípio, mas também um enriquecimento para a sociedade. Essa igualdade entre mulheres e homens é um valor fundamental para a União Europeia.

Queria também comentar as palavras da Comissária Europeia de Justiça e Igualdade de Gênero, Vera Jourová, durante a celebração do dia da mulher no ano passado. Ela diz: 'a igualdade de gênero não diz respeito apenas às mulheres, trata-se da nossa sociedade, da nossa economia e da nossa demografia'. Queremos garantir que as mulheres sejam verdadeiramente iguais aos homens frente à lei. Também continuaremos a trabalhar para representar as mulheres para que elas possam fazer suas próprias escolhas, quando se tratar de suas carreiras.

Por essas razões, a União Europeia tem trabalho muito para colocar os direitos das mulheres no centro do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, porque não há desenvolvimento sustentável sem igualdade de gênero".



LEDA ALBUQUERQUE



Procuradora-geral de Justiça do Estado do Amazonas

Nossa resistência cotidiana em defesa das mulheres que têm seus direitos violados terá maior sentido quando na esfera pública e privada conquistarmos nossos direitos e participação nas questões mais complexas sociais, econômicas e políticas.

Nesse sentido, precisamos construir uma consciência comum, sobre a necessidade de nos colocarmos uma ao lado da outra, exercitando a sororidade, apoiando-nos mutuamente, para determos um complexo cultural tomado pelo sexismo, a misoginia, o machismo, a homofobia, bem como o racismo, a xenofobia e todos os demais preconceitos que conduzem à exclusão e à demarcação da diferença.

Nesse situado momento, de reflexão, somos instadas a conviver com a pluralidade de abordagens, respeitando as mais diversas narrativas, próprias da diversidade da natureza da mulher, para colocarmos em crise a legitimidade do mundo patriarcal. Precisamos trabalhar coletivamente, seguir unidas, destituir velhas premissas, reconstruir novas formas de afeto e de pensar o mundo, tendo a plena consciência que o ponto de intersecção que nos trouxe até aqui não é apenas o fato de sermos promotoras e procuradoras de Justiça, mas sim mulheres, cada uma com sua luta.

Indubitavelmente, a Conferência Regional de Promotoras e Procuradores de Justiça, em sua primeira edição, consiste em um novo exemplo e compromisso do Ministério Público brasileiro com a sociedade mais igual, socialmente justa e isonômica”.



WILSON MIRANDA LIMA



Governador do Estado do Amazonas

É bem sabido que os rios são as nossas estradas. E aqui quero reconhecer o trabalho que tem sido feito pelos procuradores e promotores no interior do Estado do Amazonas. Imagina a dificuldade dessas mulheres para garantir direitos fundamentais para o cidadão. Aqui o meu respeito e o meu reconhecimento a todas vocês.

Esse momento nos leva a uma reflexão. Isso me estimula cada vez mais a continuar trabalhando para promover políticas que possam garantir essa equidade e esse respeito à mulher. Não só equidade na Justiça, mas também respeito no dia a dia. E tem sido muito comum e revoltante o que temos visto Brasil afora: mulheres que são desrespeitadas, que são agredidas fisicamente e verbalmente”.



SORAYA SANTOS

Deputada Federal (Partido da República/Rio de Janeiro)



Assegurar condições mínimas às candidaturas de mulheres possibilitará um parlamento mais equilibrado em termos de representatividade entre homens e mulheres.

O estabelecimento da cota de 30% de candidaturas femininas nos partidos, assim como o fundo de financiamento público de campanhas eleitorais e a cota de propaganda eleitoral gratuita na televisão para mulheres teve implicações positivas na nova legislatura. O número de deputadas federais aumentou de 51 para 77 parlamentares.

Nós temos muito o que avançar nesse País, porque, quando falamos de garantias de direitos, na igualdade entre mulheres e homens perante a lei, ainda não é realidade.

Muitas vezes, as pessoas me perguntam ‘qual é a pauta feminina?’, e eu fico me perguntando: ‘será que sistema viário é uma pauta feminina? Será que saúde? Será que engenharia é uma pauta feminina? Justiça é uma pauta feminina?’. Então por que essa cultura de dizer que a pauta feminina é outra? Muito simples: a pauta feminina é qualquer pauta, o que nos une, suprapartidariamente, ideologicamente, é a pauta dos direitos humanos, é a pauta que vem do nosso ventre, com a noção da temporariedade da vida. É nesse momento que as mulheres se propõem a trazer olhares diferentes para a atuação.

Eu encerro com a seguinte reflexão: ‘A casa da Justiça tem que ter justiça em casa’. E, quando a gente vê um movimento organizado, vendo onde pode ir além, onde pode inspirar organizações, devemos olhar para dentro da instituição, ao mesmo tempo olhar para fora das ações, como operadoras do Direito, para que juntas possamos induzir a transformação neste País”.



MAURO CAMPBELL



Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Ao renovar os agradecimentos, que já foram lançados aqui, por Vossa Excelência, dra. Raquel Dodge, escolher a nossa terra primeira para receber um evento dessa magnitude, gostaria de dizer que os amazonenses e os caboclos, os amazônidas, os brasileiros, estão com Vossa Excelência.

É esta realidade que enobrece sobremaneira o papel da mulher no Ministério Público. Daí porque não fiz indulgência alguma ao estar sempre cercado das melhores representantes do Amazonas, em todas as gestões que tive aqui.

Eu espero que, num brevíssimo espaço de tempo, um evento como este se torne *démodé*, que nós não precisemos mais falar em equidade de gênero.

Quanto às políticas públicas que devem ressoar neste evento, dentre elas, a prioridade absoluta na solução dos casos da violência contra a mulher; não adianta ficarmos nós discursando sem termos um julgamento mais sério desses casos. Daí porque não basta o discurso, tem que ser na prática. Cada um tem que fazer o seu dever de casa. Isso é respeito horizontal.

Desejo que aflorem deste evento políticas públicas que façam deste encontro um passo bem longo da história”.



RODA DE CONVERSA

Após a primeira tarde de debates nas oficinas temáticas, as participantes da conferência reuniram-se em uma roda de conversa, em tom leve e sem protocolos, com a convidada especial do evento, a cantora paraense Fafá de Belém.

Nacionalmente conhecida por sua atuação em defesa dos direitos humanos e do direito das mulheres, Fafá de Belém falou sobre sua formação, trajetória profissional e os valores que aprendeu no ambiente familiar, como o respeito à pluralidade de ideias e o exercício do debate político saudável.



A minha família sempre foi de diálogo aberto. Eu e meus irmãos somos completamente diferentes e fomos criados em um espaço muito democrático”, declarou.

A cantora falou também sobre as discriminações que enfrentou e buscou superar por ser mulher, em sua trajetória como intérprete. “Eu senti, na minha carreira, dois preconceitos: de ser do Norte, de ser mulher, mas, antes de ser mulher, de não ter o biotipo da mulher considerada ideal, por uma ditadura que se estabeleceu há muitos anos e provoca bulimia, anorexia e infelicidades”, destacou.



FAFÁ DE BELÉM



Nós somos uma região feminina, de mulheres guerreiras, mas, mesmo aqui, o machismo nos coloca fora do nosso lugar. Assusta-me muito ver no Pará [...] um sistema machista de proteção aos que violam meninas. Nós não podemos dar instrumentos de poder a quem viveu a vida inteira nos colocando embaixo do sapato.

O Ministério Público é fundamental nesse enfrentamento. É fundamental que estejamos juntas com a coragem da mulher e abraçando as outras mulheres.

Esse empoderamento e esse despertar de quem nós somos, a nossa origem e o nosso chão que não podem se perder, é fundamental”.



APRESENTAÇÃO CULTURAL

O encerramento do primeiro dia de atividades da 1ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça exaltou as práticas culturais e os símbolos da região amazônica. O grupo Kboclos apresentou a dança e a música do boi-bumbá, protagonista de uma das festas populares mais importantes do Norte do Brasil: o Festival Folclórico de Parintins.

Acompanhado da toada característica da brincadeira, o Boi Garantido tomou a cena, convidando as participantes a celebrar a cultura da região.



PAINEL TEMÁTICO

O painel temático da 1ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Norte foi espaço de interlocução sobre pautas transversais à temática da equidade de gênero no Sistema de Justiça, mais especificamente no Ministério Público.

Opiniões e abordagens plurais marcaram o diálogo entre as expositoras: a promotora de Justiça do MP do Amazonas Cláudia Raposo, a promotora de Justiça do MP do Pará Francisca Suênia Fernandes de Sá, a promotora de Justiça do MP do Acre Patrícia Amorim e a palestrante internacional, a advogada portuguesa Antónia Barradas.

O debate foi mediado pela presidente do CNMP e procuradora-geral da República, Raquel Dodge. “Este painel une promotoras brilhantes, que foram convidadas para narrar um pouco da sua experiência, da sua coragem, do seu modo de ver o que fazem no Ministério Público”, disse Raquel ao iniciar a sessão.

“Mesmo a melhor semente precisa de um solo fértil para germinar. O que nós queremos é que a nossa instituição seja um solo fértil para o talento das mulheres que ingressam no MP. Nós queremos que, aqui, as mulheres se sintam iguais, em dignidade, em oportunidade e em responsabilidade, sabendo que cada uma exerce a sua atribuição com muito carinho, zelo, dedicação, cuidado e entusiasmo. Sabemos que cada uma de nós tem uma história de dificuldade, de obstáculo, de resistência, mas também temos muitas histórias de êxito e vitória, de uma nova perspectiva que oferecemos para a nossa instituição”, acrescentou.

A promotora Francisca Suênia Fernandes de Sá abriu o debate, apresentando a trajetória e a agenda do movimento de mulheres do Ministério Público, grupo que articula promotoras e procuradoras de Justiça de todo o País, desde março de 2017. Oficializado em abril de 2018, o movimento conta com 490 integrantes. Em setembro do mesmo ano, o grupo lançou a Carta de Belo Horizonte, quando elegeu sua coordenação executiva e definiu ações e representações nos espaços institucionais.

O Movimento de Mulheres do Ministério Público promove encontros, articulação com outros órgãos colegiados do Ministério Público brasileiro e incidência política, com o objetivo de enfrentar violações dos direitos e defender as atribuições das mulheres que integram a instituição.

A promotora de Justiça Cláudia Maria Raposo da Câmara trouxe à discussão o tema da violência obstétrica e como o Ministério Público tem atuado em tais casos. De antemão, Cláudia assinalou que, em razão do desafio de trabalhar a questão, o tema suscita um trabalho que reflete, fortemente, o princípio de um Ministério Público uno e indivisível.

“Nós trabalhamos em parceria. Esse trabalho espelha bem aquele princípio de um Ministério Público uno e indivisível, porque nós estamos juntas. Até porque é um tema difícil e doloroso. Nós precisamos do apoio emocional que uma dá à outra”, declarou.

Ao longo de sua explanação, Raposo conceituou a violência obstétrica e evidenciou, historicamente, as ideias e práticas relativas ao parto: até o século XVIII, a mulher protagonizava o parto, que era compreendido como um acontecimento natural. No século XIX, o protagonismo do ato de partear é assumido pelos profissionais de saúde, estabelecendo, assim, uma relação de poder entre esses profissionais e a mulher.

“A violência obstétrica é praticada contra a mulher, porque ela é mulher, porque ela está em momento de vulnerabilidade, e aquele profissional se sente superior à mulher. Tanto que, assim, o principal problema que a gente encontra é a desqualificação da fala da mulher, da parturiente, ou da mulher no pré-natal, quando também pode acontecer a violência obstétrica”, explicou.

Patrícia de Amorim Rêgo, procuradora de Justiça do Ministério Público do Acre, afirmou que as Conferências Regionais inauguram um momento novo e histórico da instituição. Em sua opinião, um dos desafios postos ao debate sobre igualdade de gênero é aproximá-lo de uma perspectiva interseccional que considere, além das desigualdades entre homens e mulheres, as desigualdades de raça e orientação sexual.



Não podemos discutir igualdade sem pensar em um cenário de interseccionalidade. Se a nossa estrada é em direção à igualdade, ela nos impõe muitos desafios. Quais os desafios que estão postos, quando trazemos os aspectos da interseccionalidade? Não podemos perder isso de vista também. É importante fazer esse recorte aqui”, ressaltou Patrícia.

A advogada portuguesa Antónia Barradas, perita de igualdade de gênero no projeto de interlocução entre Brasil e União Europeia, sobre perspectivas de igualdade de gênero no Sistema de Justiça, especificamente no Ministério Público, encerrou as intervenções do painel temático.

Antónia fez um panorama dos desafios à igualdade de gênero nos países europeus e descreveu práticas que têm sido implantadas para reverter o quadro de desequilíbrio entre homens e mulheres, na política e no mundo do trabalho, especialmente entre profissionais da área jurídica.

A perita destacou a atuação da União Europeia em assegurar a inserção do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 5 sobre a igualdade de gênero, de forma autônoma dos demais, na Agenda 2030 dos ODS, das Nações Unidas.

“A União Europeia lutou fortemente para que o ODS número 5 fosse um objetivo autônomo, e não fosse meramente feita uma abordagem integrada de gênero — o chamado ‘mainstreaming de gênero’ — em relação aos outros objetivos”, afirmou Antónia.



FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ

Promotora de Justiça do Ministério Público do Pará



Nós não brigamos por espaço, não disputamos espaço com os homens, não é uma disputa de gênero, mas sim uma luta de mulheres, mulheres diferentes, de regiões diferentes, de lugares distantes, mas que se uniram e que buscam um propósito comum que não difere da classe social ou cor, dos anseios, de qualquer região do País, que é a igualdade entre todas nós e o respeito. Esse é o nosso desafio.

A nossa união é por igualdade e respeito.

As conexões entre mulheres dispostas a mudar o sistema imposto e posto são as mais temidas, as mais problemáticas e as forças mais potencialmente transformadoras do planeta. O que nós queremos é essa conexão, essa união entre nós mulheres do Ministério Público brasileiro”.



CLAUDIA MARIA RAPOSO DA CÂMARA COÊLHO



Promotora de Justiça do Ministério Público do Amazonas

A violência obstétrica se caracteriza por qualquer intervenção institucional indevida, não informada ou abusiva, que incida sobre o corpo da mulher ou sobre o processo reprodutivo da mulher, violando a sua autonomia, privacidade, informação, liberdade de escolha ou participação nas decisões tomadas.

A primeira dificuldade que as mulheres têm é de serem ouvidas. A segunda dificuldade é de ser possibilitado a elas o poder de decisão sobre o seu corpo e seu parto. É o médico que decide o momento, onde, como e a hora que ela vai parir.

A violência obstétrica se agrava quando há outras variáveis, quando a mulher é esquizofrênica, negra, pobre. Essas mulheres ficam ainda mais vulneráveis nesse momento tão frágil de suas vidas.

Como promotora de Justiça, nesse trabalho, ficou muito evidente que nosso trabalho é desqualificado a todo momento. Primeiro, se diz que não há violência obstétrica, acusam que nós utilizamos esse termo para denegrir a imagem dos profissionais, imputam os problemas estruturais e cobram do Ministério Público providências em relação a isso. Alega-se que a humanização do parto é uma questão de poder.

Numa roda de conversa, um médico obstetra perguntou se a representante do Ministério Público poderia estar discutindo o tema, uma vez que ela tinha formação jurídica, e não tinha formação técnica.

Toda vez que nós falamos de práticas ultrapassadas, de práticas de maneira abusiva, de práticas que são usadas indiscriminadamente, sem nenhum critério, eles questionam a nossa capacidade técnica para fazer afirmações”.



PATRÍCIA DE AMORIM RÊGO

Procuradora de Justiça do Ministério Público do Acre



Nunca havia visto no Ministério Público brasileiro, nem no meu local, uma reflexão acerca de tão importante tema. Discutir igualdade hoje é um desafio enorme. Porque perseguir igualdade, independentemente de sexo, de cor e raça e orientação sexual é o nosso mister por excelência. Essa é nossa missão constitucional, essencial. Para que a gente possa discutir e perseguir igualdade fora do Ministério Público, a gente precisa praticar no Ministério Público.

A desigualdade de gênero no Ministério Público é claríssima, os números estão aí por si. Há um desequilíbrio: os espaços de poder e os processos decisórios, na instituição Ministério Público no Brasil, são ocupados majoritariamente por homens. Essa é uma verdade, e nós temos que enfrentar e refletir. E, pela primeira vez na história do Ministério Público, nós estamos fazendo isso. Eu acho que é um excelente ponto de partida.

Todo sistema de opressão e dominação se dá por uma teia invisível, por mecanismos que vão se construindo nessa invisibilidade. Nós estamos nesse momento buscando jogar luzes nessa teia invisível. Essa é a grande importância da discussão que realizamos aqui. Nós, enquanto promotoras e procuradoras de Justiça, por obrigação constitucional, temos que ter o compromisso e firmá-lo solenemente de continuar a nossa caminhada. Eu acredito que esse deve ser o nosso primeiro compromisso.

Nós votaremos alguns encaminhamentos; então, nossa primeira agenda de compromissos é não deixar que isso pare aqui, independentemente de quem assuma os destinos das várias instâncias envolvidas nesse processo. Nosso segundo compromisso tem que partir de vários questionamentos que todas nós estamos fazendo no decorrer dos últimos dois dias”.



ANTÔNIA BARRADAS

Perita de Equidade de Gênero da Delegação da União Europeia no Brasil



A UE introduziu legislação para promover a igualdade no trabalho, que foi ratificada por todos os Estados-membros, muitos dos quais instituíram medidas adicionais para assegurar que as mulheres e outras pessoas sub-representadas da sociedade saíssem da sua posição de desvantagem.

Programas de igualdade de oportunidades no Reino Unido, políticas de paridade em França ou cotas na função pública na Alemanha são só alguns exemplos. Mas também há outras medidas, tais como processos de recrutamento transparentes e imparciais, com o estabelecimento de entidades de monitorização independentes, com mandatos claros e poderes suficientes.

E ainda, uma maior análise e desenvolvimento de planos de ação, assim como o estabelecimento e promoção não só do *networking*, mas também do *mentoring* para mulheres nas profissões jurídicas, reforçando a estrutura dessas mesmas redes — e ainda a educação no judiciário para a igualdade de gênero, com o envolvimento dos meios acadêmicos.

Mas a representatividade não basta. É necessário disputar espaços de poder na carreira e criar mecanismos que rompam com o *status quo*. São necessárias medidas mais assertivas.

Lutar pela igualdade de gênero é assim, indubitavelmente, uma decisão política, já que os direitos são conquistados, não nos são dados. E a igualdade de gênero é também um pilar da democracia”.



PROPOSTAS APROVADAS DURANTE A 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROCURADORAS E PROMOTORAS DE JUSTIÇA – REGIÃO NORTE

A construção das propostas segue metodologia desenvolvida pela comissão organizadora das conferências. Em cada oficina, as participantes respondem perguntas previamente estabelecidas, relacionadas aos temas definidos por eixo: ingresso na carreira, condições de trabalho, permanência na carreira, movimentação na carreira, carreira e outras jornadas e empoderamento, lideranças e participação político-institucional.

À medida que refletem sobre tais questões, identificam os problemas que precisam ser enfrentados institucionalmente. A partir desse diagnóstico, os grupos constroem proposições e recomendações.

As propostas elaboradas, durante os dois dias de evento, nas seis oficinas temáticas, foram apreciadas na plenária final da 1ª Conferência de Promotoras e Procuradoras de Justiça da região Norte, na tarde de sábado (23 de fevereiro de 2019).

O processo de votação foi coordenado pela comissão organizadora da Conferência, composta por Ivana Farina, Jacqueline Orofino, Dulce Helena Franco, Ana Teresa de Freitas, Cristina Nascimento e João Akira Omoto.

Por meio do *software* Mentimeter, as participantes debateram e avaliaram as proposições, mediante as opções *aprovo*, *não aprovo* ou *abstenção*. Estabelecido, inicialmente, o quórum de 53 participantes — que se modificou ao longo da votação, chegando a 43 participantes —, foram apreciadas 47 propostas e aprovadas 26.

A seguir, estão as propostas aprovadas, de acordo com cada eixo temático.



EIXO I – INGRESSO NA CARREIRA: RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO

Temas discutidos:

- Atratividade da carreira;
- MP: uma instituição para mulheres?
- Conteúdo dos editais de concursos para ingresso na carreira;
- Modelo e programas das atividades acadêmicas de ingresso e vitaliciamento;
- Sistemas de cotas.

Coordenadora: Ruth Araujo Viana (MP/TO)

Relatora Temática: Rita de Cássia Nogueira Lima (MP/PA)

Relatora de Ata: Jussara Maria Pordeus e Silva (MP/AM)

Participantes

Cleucy Maria de Souza (MP/AM)
Daliana Monique Souza Viana (MP/PA)
Edna Lima de Souza (MP/AM)
Ivana Lucia Franco Cei (MP/AP)
Jussara Maria Pordeus e Silva (MP/AM)
Sabrina Mamede Napoleão Kalume (MP/PA)
Sílvia Abdala Tuma (MP/AM)
Stella Litaiff Isper Abraham (MP/AM)
Tâmera Padoin Marques Marin (MP/RO)

PROPOSTAS

Inserir no Curso de Ingresso do MP um módulo de capacitação social para membros. O profissional deve ser capacitado para instruir os novos promotores a lidar com a repercussão social do cargo ao tempo em que reconhece a diversidade de gênero e etnia.

Quantidade de votantes: 52

Votos: **Aprovo – 49 (94%)**

Não aprovo – 3 (6%)

Abstenção – 0 (0%)

Adotar acompanhamento psicológico itinerante do membro durante o estágio probatório e periodicamente, a exemplo de projetos já existentes em Ministérios Públicos estaduais.

Quantidade de votantes: 52

Votos: **Aprovo – 50 (96%)**

Não aprovo – 2 (4%)

Abstenção – 0 (0%)

Não permitir que o gozo de licença-maternidade afete direitos funcionais, independentemente do estágio da carreira.

Quantidade de votantes: 53

Votos: **Aprovo – 53 (100%)**

Não aprovo – 0 (0%)

Abstenção – 0 (0%)

Garantir a representação mínima de gênero na realização de eventos institucionais.

Quantidade de votantes: 53

Votos: **Aprovo – 34 (64%)**

Não aprovo – 11 (21%)

Abstenção – 8 (15%)

Sugerir ao CNMP que recomende a inclusão da temática de igualdade de gênero nos cursos de ingresso e vitaliciamento na carreira, de forma transversal.

Quantidade de votantes: 54

Votos: **Aprovo – 36 (67%)**

Não aprovo – 18 (33%)

Abstenção – 0 (0%)

Sugerir a inserção no planejamento estratégico dos diversos ramos e unidades do Ministério Público, inclusive do CNMP, do compromisso com a temática de equidade de gênero e raça.

Quantidade de votantes: 52

Votos: **Aprovo – 45 (87%)**

Não aprovo – 5 (10%)

Abstenção – 2 (4%)

Assegurar a representatividade equitativa de membros do gênero feminino nas comissões de concurso.

Quantidade de votantes: 53

Votos: **Aprovo – 48 (91%)**

Não aprovo – 4 (8%)

Abstenção – 1 (2%)

EIXO II – CONDIÇÕES DE TRABALHO: SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR

Temas discutidos:

- Igualdade de tratamento;
- Discriminação no trabalho;

- Assédio moral e sexual;
- Riscos do trabalho e do ambiente;
- A condição feminina reclama condições especiais?
- Sororidade X discriminação entre mulheres.

Coordenadora: Ilaine Aparecida Pagliarini (MP/RR)

Relatora Temática: Fábria de Melo-Fournier (MP/PA)

Relatora de Ata: Flavia Souza Rodrigues (MP/TO)

Participantes

Candida de Jesus Ribeiro do Nascimento (MP/PA)

Chritianne Corrêa Bento da Silva (MP/AM)

Cley Barbosa Martins (MP/AM)

Elaine Carvalho Castelo Branco (MP/PA)

Fábria Melo Barbosa de Oliveira (MP/AM)

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira (MP/TO)

Nilda Silva de Souza (MP/AM)

Rosa Maria Rodrigues Carvalho (MP/PA)

Vanessa de Macedo Muniz (MP/AC)

PROPOSTAS

O CNMP deve recomendar aos MPs que os CEAFs promovam eventos e rodadas de conversa junto à Administração Superior quanto ao tema da equidade de gênero.

Quantidade de votantes: 53

Votos: **Aprovo – 50 (94%)**

Não aprovo – 2 (4%)

Abstenção – 1 (2%)

Sugerir ao CNMP que regulamente situações específicas de saúde de membras grávidas e em fase de amamentação.

Quantidade de votantes: 52

Votos: **Aprovo – 41 (79%)**

Não aprovo – 7 (13%)

Abstenção – 4 (8%)

Recomende ao CNMP que regulamente situações de membros/as com doenças graves próprias e/ou de familiares próximos/dependentes, permitindo que tenham flexibilidade em suas condições.

Quantidade de votantes: 52

Votos: **Aprovo – 34 (65%)**

Não aprovo – 5 (10%)

Abstenção – 13 (25%)

Realçar às unidades e aos ramos dos Ministérios Públicos a importância de adequação dos espaços de atendimento médico e psicológico a fim de resguardar a privacidade dos usuários.

Quantidade de votantes: 47

Votos: **Aprovo – 34 (72%)**

Não aprovo – 10 (21%)

Abstenção – 3 (6%)

Sugerir às unidades e aos ramos dos Ministérios Públicos que criem canais de acolhimento para dar suporte às vítimas de assédio, garantindo sigilo, segurança e apoio psicológico, a exemplo de comitês de gênero ou comissões, assegurando a presença de mulheres na composição.

Quantidade de votantes: 44

Votos: **Aprovo – 42 (95%)**

Não aprovo – 2 (5%)

Abstenção – 0 (0%)

Sugerir aos CEAFs que promovam debates e oficinas entre os membros e servidores, a fim de discutir sobre a temática da equidade de gênero e de assédio moral e sexual.

Quantidade de votantes: 43 votantes

Votos: **Aprovo – 41 (95%)**

Não aprovo – 1 (2%)

Abstenção – 1 (2%)

O CNMP deve regulamentar política institucional voltada à preservação e resgate da saúde integral dos membros e servidores, observando-se, em especial, as especificidades de gênero, estabelecendo prazo para que cada MP desenvolva seus planos de ação.

Quantidade de votantes: 45

Votos: **Aprovo – 37 (82%)**

Não aprovo – 7 (16%)

Abstenção – 1 (2%)

EIXO III – PERMANÊNCIA NA CARREIRA: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, CURSOS, CAPACITAÇÕES, TREINAMENTOS E BOAS PRÁTICAS

Temas discutidos:

- Especificidades necessárias;
- Incentivos;
- Atribuições;
- Especializações de ofícios;
- Capacitação – necessidades; dificuldades de participação em atividades pedagógicas etc.

Coordenadora: Lucíola Honorio de Valois Coelho (MP/AM)

Relatora Temática: Fernanda Alves Pöppel (MP/RO)

Relatora de Ata: Anabel Vitória Mendonça de Souza (MP/AM)

Participantes

Bartira Silva Quinteiro Rios (MP/TO)

Cláudia Maria Raposo da Câmara (MP/AM)

Elba Christine Amarante de Moraes (MP/RR)

Juliana Nunes Félix (MP/PA)

Lilian Nara Pinheiro de Almeida (MP/AM)

Maria Fátima Ribeiro Teixeira (MP/AC)

Sheyla Dantas Frota de Carvalho (MP/AM)

Vania Maria Marques Marinho (MP/AM)

Yara Rebeca Albuquerque Marinho de Paula (MP/AM)

Considerada a realidade vivenciada na região Norte do país, sugerir ao CNMP que incentive a adoção de política institucional que promova a possibilidade de convocação e de adequação por meio trabalho remoto, a partir do último trimestre de gestação até que a criança complete dois anos de idade.

Quantidade de votantes: 46

Votos: **Aprovo – 38 (83%)**

Não aprovo – 7 (15%)

Abstenção – 1 (2%)

Disponibilizar espaços lúdicos para filhos de membros e servidores e para amamentação, em capacitações/encontros.

Quantidade de votantes: 43

Votos: **Aprovo – 33 (77%)**

Não aprovo – 8 (19%)

Abstenção – 2 (5%)

Disponibilizar espaços lúdicos, em cada unidade do Ministério Público, para crianças, a fim de atender o público externo, bem com espaços permanentes de amamentação, para membros e servidores.

Quantidade de votantes: 41

Votos: **Aprovo – 30 (73%)**

Não aprovo – 8 (19%)

Abstenção – 3 (7%)

Incrementar a realização de cursos de capacitação e encontros EAD para facilitar e estimular a participação de mais promotoras e procuradoras de Justiça.

Quantidade de votantes: 44

Votos: **Aprovo – 30 (68%)**

Não aprovo – 6 (14%)

Abstenção – 8 (18%)

Sugerir a promoção de treinamento de defesa pessoal para mulheres.

Quantidade de votantes: 43

Votos: **Aprovo – 32 (74%)**

Não aprovo – 4 (9%)

Abstenção – 7 (16%)

EIXO IV – MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA: CRITÉRIOS, DIFICULDADES E POLÍTICAS DE EQUIDADE

Temas discutidos:

- Promoções/remoções – especificidades necessárias com impacto na movimentação (maternidade e cuidados com a família);
- Capacitação – critérios para movimentação e promoção por merecimento;
- Lotação em unidades de difícil provimento.

Coordenadora: Ioná Silva de Sousa Nunes (MP/PA)

Relatora Temática: Érika Gomes Michetti (MP/RR)

Relatora de Ata: Fabia Nilci Santana de Souza (MP/AP)

Participantes

Adriana Passos Ferreira (MP/PA)

Daeane Zulian Dorst (MP/RO)

Mara Nóbria Albuquerque da Cunha (MP/AM)

Maria Eunice Lopes de Lucena Bittencourt (MP/AM)

Renilce Helen Queiroz de Sousa (MP/AM)

Sarah Pirangy de Souza (MP/AM)

Silvana Ramos Cavalcanti (MP/AM)

Vera Nilva Álvares Rocha Lira (MP/TO)

Wandete de Oliveira Netto (MP/AM)

PROPOSTAS

Propor que seja considerado como critério subjetivo em promoção/remoção de membros/as a condição daqueles/as que se declaram responsáveis cuidadores/as de crianças/pessoas com deficiência.

Quantidade de votos: 44

Votos: **Aprovo – 38 (86%)**

Não aprovo – 6 (14%)

Abstenção – 0 (0%)

Aplicar aos/às membros/as adotantes a mesma regra prevista para membros/as pais/mães biológicos.

Quantidade de votantes: 43

Votos: **Aprovo – 27 (63%)**

Não aprovo – 10 (23%)

Abstenção – 6 (14%)

EIXO V – CARREIRA E OUTRAS JORNADAS: GÊNERO E FAMÍLIA

Temas discutidos:

- Carreira e vida privada;
- A revolução que não se completou: dupla jornada, em casa e no trabalho;
- É preciso optar: filhos ou carreira?

Coordenadora: Dulce Helena de Freitas Franco (MP/AC)

Relatora Temática: Cynthia Assis de Paula (MP/TO)

Relatora de Ata: Herena Neves Maues Correa de Melo (MP/PA)

Participantes

Cristine Magella Correa Lima (MP/PA)

Edna Antônia Capeli da Silva Oliveira (MP/RO)

Juliana Dias Ferreira de Pinho Palmeira (MP/PA)

Karla Cristina da Silva Sousa (MP/AM)

Lilian Viana Freire (MP/PA)

Maria José Vieira de Carvalho Cunha (MP/PA)

Patrícia de Amorim Rêgo (MP/AC)

Simone Braga Luniere da Costa (MP/AM)

Tania Maria de Azevedo Feitosa (MP/AM)

PROPOSTAS

Propor a consideração, para todos os fins, da média de produtividade do período anterior ao afastamento por licença-maternidade.

Quantidade de votantes: 38

Votos: **Aprovo – 34 (89%)**

Não aprovo – 3 (8%)

Abstenção – 1 (3%)

Propor aos Ministérios Públicos a adoção de medidas que possibilitem o gozo de férias, licença-prêmio e afastamento em continuidade a licenças-maternidade.

Quantidade de votantes: 44

Votos: **Aprovo – 37 (84%)**

Não aprovo – 0 (0%)

Abstenção – 7 (16%)

EIXO VI – EMPODERAMENTO, LIDERANÇAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- INSTITUCIONAL: IGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS DE EQUIDADE

Temas discutidos:

- Composição de colegiados;
- Participação em funções de coordenação;
- Participação em grupos de trabalho ou em forças-tarefas;
- Participação em mesas de painéis, congressos, seminários e cursos promovidos no âmbito do Ministério Público;
- Há temas mais femininos e outros mais masculinos?

Coordenadora: Emilia Oiye (MP/RO)

Relatora Temática: Elis Helena de Souza Nobile (MP/AM)

Relatora de Ata: Mônica Cristina Gonçalves Melo da Rocha (MP/PA)

Participantes

Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater (MP/PA)

Francilene Barroso da Silva (MP/AM)

Francisca Suenia Fernandes de Sá (MP/PA)

Janaina Carneiro Costa (MP/RR)

Kátia Rejane de Araújo Rodrigues (MP/AC)

Maria Natal de Carvalho Wanderley (MP/TO)

Maria Piedade Queiroz Nogueira Belasque (MP/AM)

Renata Cintrão Simões de Oliveira (MP/AM)

Sheyla Andrade dos Santos (MP/AM)

PROPOSTAS

Incentivar a observação da paridade no preenchimento de cargos de chefia e liderança.

Quantidade de votantes: 40

Votos: **Aprovo – 36 (90%)**

Não aprovo – 3 (8%)

Abstenção – 1 (3%)

Fomentar política institucional para que promotoras e procuradoras sintam-se estimuladas a ocupar cargos de liderança.

Quantidade de votantes: 39

Votos: **Aprovo – 38 (97%)**

Não aprovo – 1 (3%)

Abstenção – 0 (0%)

Estimular a sororidade, realizando atividades como rede de apoio para criação de mecanismos com o objetivo de unir promotoras e procuradoras de Justiça.

Quantidade de votantes: 37

Votos: **Aprovo – (95%)**

Não aprovo – (3%)

Abstenção – (3%)

PESQUISA – A CONFERÊNCIA ALTEROU SUA PERCEPÇÃO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO? POR QUÊ?

Empoderamento, união, acolhimento, alegria, força e gratidão foram algumas das palavras que expressaram os sentimentos das promotoras e procuradoras de Justiça do Tocantins, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará e Acre que participaram da 1ª Conferência Regional, em Manaus.

Essas palavras vieram à tona em nuvem, quando as participantes responderam à questão posta pela comissão organizadora: *Defina em três palavras seus sentimentos em relação à conferência.*

A comissão também perguntou às participantes se a conferência alterou sua percepção sobre questões de gênero. Quarenta e oito delas responderam que sim, sob justificativa de que os debates trouxeram à tona problemáticas, até então, não percebidas.

Algumas destacaram que, com a troca de experiências proporcionada pelo encontro, puderam perceber aspectos convergentes de suas trajetórias no Ministério Público e problemas comuns que precisam ser enfrentados.

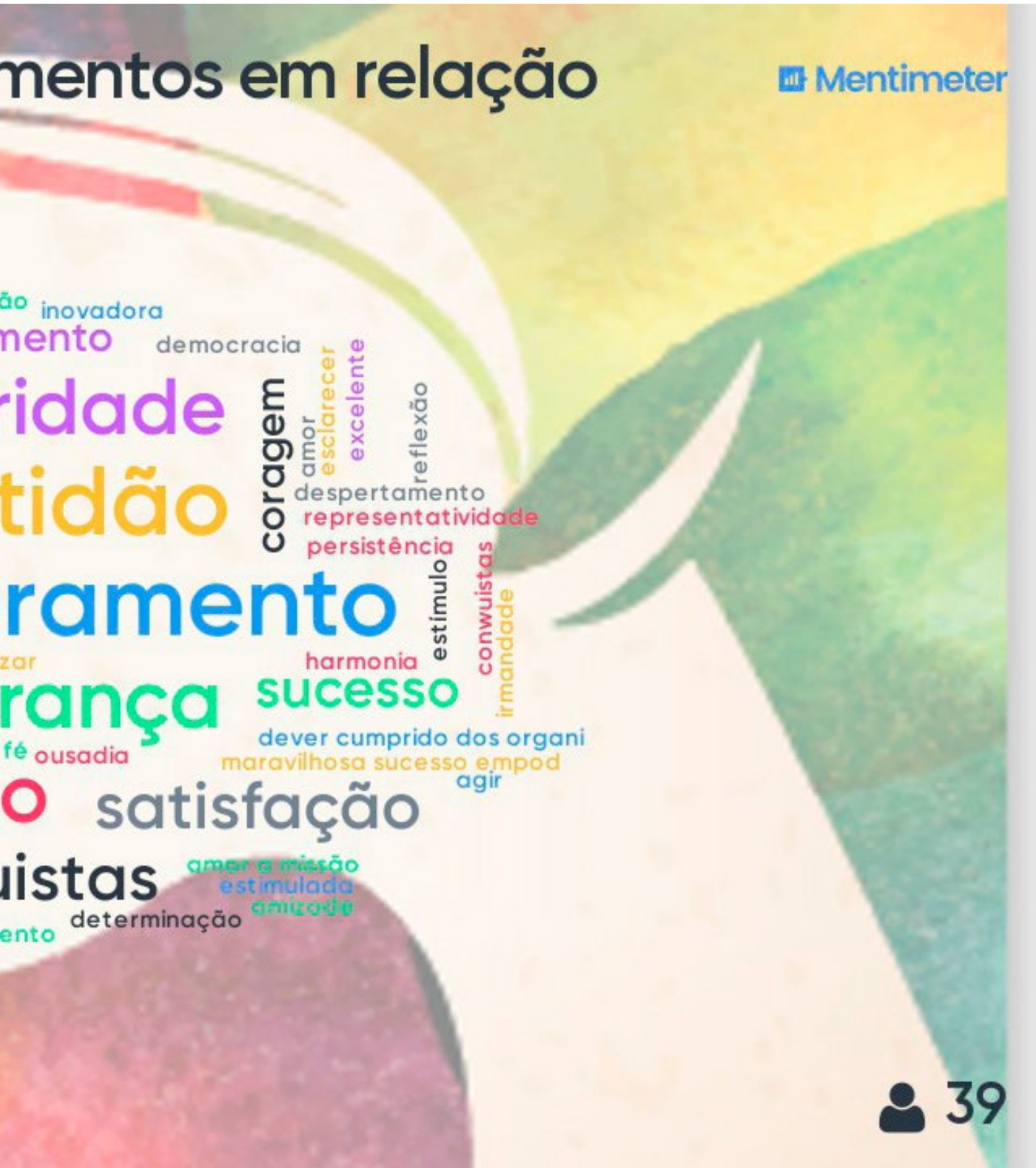
“Os debates me fizeram reacender questão que eu não estava percebendo”, escreveu uma delas. “Descobri que a minha história na instituição se confunde com a história de outras mulheres”, respondeu outra participante.

Com a pesquisa, a 1ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça, em Manaus, encerrou dois dias de intenso trabalho coletivo, debate de ideias e construção de propostas de ações para promover, institucionalmente, a equidade de gênero no Ministério Público dos Estados da Região Norte.

Em roda, procuradoras e promotoras de Justiça deram as mãos, enquanto a secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP, Ivana Farina, enunciava as palavras, resultantes da pesquisa, que definiam os sentimentos das conferencistas. Nas palavras de Ivana, promotoras e procuradoras de Justiça marcaram o término da Conferência Regional, afirmando a crença em um Ministério Público “íntegro, decente e corajoso”.

Defina em 3 palavras seus sentimentos à Conferência







CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



União Europeia



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL